RESOLUÇÃO ENFAM N. DE DE DE 2016.

Estabelece os procedimentos de reconhecimento de escolas ou instituições para a realização de cursos de formação de mediadores judiciais.

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA – ENFAM, usando da atribuição conferida pelo art. 12, parágrafo único do Regimento Interno, considerando o art. 13, § 1º do mesmo regimento, o art. 11 da Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015, a Resolução CNJ n. 125, de 29 de novembro de 2010, a decisão do Conselho Superior da ENFAM na reunião realizada em xx de xxx de 2016, e o que consta do Processo Eletrônico SEI n. 22461/2016,

RESOLVE:

**Seção I
Das Disposições Gerais**

Art. 1º Os procedimentos para o reconhecimento, pela ENFAM e pelas escolas judiciais, das escolas ou instituições interessadas em oferecer cursos de formação de mediadores judiciais ficam estabelecidos por esta resolução.

Parágrafo único. Para os fins desta resolução, a escola ou instituição, pessoa jurídica de direito público ou privado não integrante do Poder Judiciário, que tenha interesse em instituir cursos de formação de mediadores judiciais fica denominada instituição formadora.

**Seção II
Da Solicitação de Reconhecimento**

Art. 2º O representante legal da instituição formadora deve protocolar a solicitação de reconhecimento na ENFAM ou nas escolas judiciais, acompanhada da documentação mencionada no art. 4º.

Art. 3º O reconhecimento de instituição formadora será realizado:

I – por escola judicial vinculada a tribunal de justiça estadual – TJ constante do Anexo I; quando o curso for ofertado em apenas um estado da federação;

II – por escola judicial vinculada a tribunal regional federal – TRF constante do Anexo I; quando o curso for ofertado em dois ou mais estados abrangidos pela mesma área de jurisdição do respectivo TRF;

III – pela ENFAM, quando o curso for ofertado em dois ou mais estados abrangidos por áreas de jurisdição de TRFs distintos.

§ 1º O reconhecimento realizado por escola judicial terá validade na área da jurisdição do tribunal a qual a escola é vinculada.

§ 2º As escolas judiciais poderão atuar em colaboração com os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMECs, para o reconhecimento de instituição formadora.

§ 3º Na hipótese de a instituição formadora ofertar cursos exclusivamente na modalidade de educação a distância, o reconhecimento caberá à escola vinculada ao tribunal de justiça estadual com jurisdição no domicílio sede da instituição formadora.

Art. 4º São requisitos para o reconhecimento de instituição formadora:

I – a habilitação jurídica e a regularidade fiscal, comprovadas na forma do Anexo II;

II – a qualificação técnica, comprovada na forma do Anexo III;

III – a infraestrutura adequada para realização dos cursos, comprovada na forma do Anexo IV, inclusive para a etapa do estágio supervisionado.

Parágrafo único. As escolas judiciais não poderão estabelecer conteúdos complementares ao conteúdo programático constante do Anexo III como exigência para o reconhecimento da instituição formadora.

Art. 5º O reconhecimento da instituição formadora terá validade exclusiva para a(s) unidade(s) indicada(s) na solicitação de reconhecimento.

§ 1º A instituição formadora já reconhecida que tenha interesse em ofertar curso em nova unidade deverá apresentar nova solicitação de reconhecimento, observado o disposto no art. 3º.

§ 2º A solicitação mencionada no § 1º deve ser acompanhada da documentação correlata à nova unidade, nos termos do art. 4º, e, quando protocolada em escola judicial que ainda não tenha reconhecido a respectiva instituição formadora, de cópia do processo de reconhecimento inicial.

Art. 6º O reconhecimento de instituição formadora tem vigência de 2 anos e pode ser renovado por iguais e sucessivos períodos, mediante apresentação de solicitação com antecedência mínima de 6 meses do seu termo final.

Parágrafo único. São condições para a renovação do reconhecimento:

I – a atualização de toda documentação mencionada no art. 4º; e

II – a comprovação de realização de pelo menos um curso por ano em qualquer das unidades da instituição formadora.

Seção III

Da Organização Curricular

Art. 7º Os cursos de formação em mediação judicial devem ser estruturados em duas etapas, observado o modelo de plano de curso constante do Anexo III:

I – etapa I – fundamentação: desenvolvimento do conteúdo relativo aos processos de mediação judicial, que deve contemplar a articulação teórica e prática;

II – etapa II – estágio supervisionado obrigatório na modalidade presencial: aplicação do aprendizado mediante o atendimento de casos reais.

§ 1º A conclusão da etapa de fundamentação é condição para o desenvolvimento do estágio supervisionado.

§ 2º O estágio supervisionado deve ser concluído em até 1 ano, contado do término da etapa de fundamentação.

§ 3º As duas etapas do curso devem possibilitar condições para que o aluno aplique as técnicas relacionadas à conciliação e à mediação para a solução de conflitos no âmbito judicial.

Art. 8º A instituição formadora deverá dispor de espaços e recursos adequados para o desenvolvimento das atividades práticas nas duas etapas do curso.

Parágrafo único. Para os cursos oferecidos na modalidade de educação a distância, devem ser garantidas as condições de comunicação e de interatividade que permitam o desenvolvimento da articulação entre a teoria e a prática da conciliação e da mediação.

Art. 9º A instituição formadora deve oferecer o estágio supervisionado, mediante o atendimento de casos reais, no próprio local do curso ou por meio de parcerias, convênios ou acordos firmados com instituições ou órgãos que ofereçam mediação extrajudicial, pré-processual ou judicial.

§ 1º A instituição formadora que oferecer curso na modalidade de educação a distância deve garantir a realização do estágio supervisionado nas localidades em que houver tribunal ou fórum situados próximos à residência do aluno.

§ 2º O disposto no § 1º deve ser formalizado no ato da matrícula, mediante assinatura do termo de ciência das condições de realização do estágio supervisionado.

Art. 10. A instituição formadora deverá emitir certificado de conclusão do curso ao aluno:

I – aprovado nas avaliações realizadas ao longo do curso; e

II – frequente em 100% da carga horária de cada etapa do curso.

Parágrafo único. O certificado emitido por instituição formadora reconhecida pela ENFAM ou pelas escolas judiciais terá validade em todo território nacional.

Seção IV

Do Processo de Reconhecimento

Art. 11. A unidade responsável pelo reconhecimento, no âmbito da ENFAM ou das escolas judiciais, autuará processo administrativo de reconhecimento de instituição formadora que será instruído, no que couber, com os seguintes documentos:

- I – solicitação de reconhecimento e documentação comprobatória apresentadas pela instituição formadora;
- II – pareceres das áreas responsáveis pela análise documental e técnica;
- III – decisão da autoridade competente;
- IV – publicação das decisões e ofícios de notificação da instituição formadora;
- V – atos de diligência expedidos pela autoridade competente para sanear eventual falha da solicitação;
- VI – relatório de visita técnica;
- VII – outros documentos considerados pertinentes para a instrução do processo.

Parágrafo único. Os atos de diligências de que trata o inciso V devem ser atendidos pela instituição formadora no prazo de 10 dias corridos, contado a partir da notificação, sob pena de arquivamento da solicitação de reconhecimento.

Art. 12. A ENFAM e escolas judiciais podem realizar visitas técnicas de avaliação como condição para o reconhecimento ou para a sua renovação.

§ 1º As visitas mencionadas no *caput* podem ser realizadas por servidores ou por avaliadores indicados pela ENFAM ou pelas escolas judiciais.

§ 2º A instituição formadora deverá arcar com os custos de passagens e hospedagem dos avaliadores, bem como possibilitar as condições necessárias para o trabalho de avaliação.

§ 3º A ENFAM regulamentará, por instrução normativa, as regras concernentes ao procedimento de visita técnica de avaliação.

Art. 13. Para o reconhecimento dos cursos desenvolvidos na modalidade de educação a distância, a instituição formadora deverá fornecer, à ENFAM ou às escolas judiciais, senha de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem, que será mantida ao longo do curso.

Art. 14. A solicitação de reconhecimento será decidida pelo secretário-geral da ENFAM ou pela autoridade equivalente nas escolas judiciais no prazo de 90 dias, contado a partir do protocolo da solicitação, prorrogável por igual período.

§ 1º Na hipótese de indeferimento caberá recurso, no prazo de 15 dias corridos, contado a partir da notificação da decisão.

§ 2º O recurso será dirigido ao secretário-geral da ENFAM, que, se não reconsiderar a decisão, o encaminhará à autoridade superior.

Art. 15. As escolas judiciais poderão regulamentar, por ato próprio, o processo administrativo de reconhecimento, desde que atendidas as demais disposições desta resolução.

Seção V

Da Publicidade das Instituições Reconhecidas

Art. 16. As instituições formadoras reconhecidas deverão manter afixados em suas instalações físicas, em local visível e de fácil acesso, bem como nos ambientes virtuais, inclusive em sua página na internet:

- I – o ato de seu reconhecimento;
- II – as informações atualizadas dos cursos ministrados, especialmente:
  - a) o conteúdo programático;
  - b) a carga horária;
  - c) o local, os dias e os horários dos cursos;
  - d) corpo docente com os respectivos currículos resumidos.

Art. 17. A relação das instituições formadoras reconhecidas será disponibilizada pela ENFAM e pelas escolas judiciais em suas respectivas páginas na internet.

Art. 18. As escolas judiciais deverão informar à ENFAM os dados das instituições formadoras reconhecidas e o período de vigência dos respectivos reconhecimentos.

Seção VI

Das Disposições Finais

Art. 19. Qualquer alteração das condições de habilitação estabelecidas nesta resolução deve ser comunicada, pela instituição formadora, à escola que expediu o respectivo ato de reconhecimento, no prazo de 15 dias, contado a partir do fato gerador, sob pena de aplicação da sanção prevista no art. 20.

Art. 20. O descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas nesta resolução, durante o prazo de vigência do reconhecimento, implicará na sua revogação, por decisão do secretário-geral da ENFAM ou pela autoridade equivalente nas escolas judiciais.

Parágrafo único. Da revogação caberá recurso ao diretor-geral da ENFAM ou à autoridade equivalente no âmbito das escolas judiciais, no prazo de 15 dias corridos, contado a partir da notificação da decisão.

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pelo diretor-geral da ENFAM ou pela autoridade equivalente nas escolas judiciais.

Art. 22. Fica revogada a Resolução ENFAM n. 1 de 19 de maio de 2016.

Art. 23. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA